



Auditoria Operacional com ênfase no princípio da efetividade: Aplicação em um caso prático

Luiz Gilberto Monclaro Mury

Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pelo PPGEEI da UFRGS, mestre em Engenharia de Produção e graduado em Economia. Possui especialização em Marketing Internacional na European School of Business em Reutlingen, Alemanha. Atualmente exerce a função de Auditor público no Tribunal de Contas do RS. Em janeiro de 2020 finalizou projeto de Pós-doutorado na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, com o tema: Métodos de avaliação de impacto como suporte a auditorias operacionais.

RESUMO

Este artigo origina-se de uma auditoria operacional focada no princípio da efetividade, e teve como objetivo analisar o impacto decorrente da adoção de livros didáticos privados para a rede de ensino fundamental de um município do Sul do Brasil. Para tanto, uma ferramenta de avaliação conhecida como diferença-em-diferenças foi aplicada aos dados do Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação Básica, revelando o impacto, nas notas das escolas municipais, decorrente da utilização de material didático diferente do fornecido gratuitamente pelo governo federal.

Palavras-chave: auditoria operacional; diferença-em-diferenças; material didático; princípio da efetividade.

1. INTRODUÇÃO

A Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (INTOSAI) define em três os tipos principais de auditoria do setor público: financeira, de conformidade e de desempenho (ISSAI 100, p. 11)

Em relação às auditorias de desempenho, no Brasil conceituadas como auditorias operacionais, essas são definidas pelo Tribunal de Contas da União como: “É o exame independente, objetivo e confiável que analisa se empreendimentos, sistemas, operações, programas, atividades ou



organizações do governo estão funcionando de acordo com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade¹ e se há espaço para aperfeiçoamento.” (TCU, 2018, p. 09).

Segundo Araújo (2008, p. 31 e 32), algumas das questões que podem ser respondidas por meio de Auditorias Operacionais são:

- i. Considerando as devidas opções de mercado, os insumos foram adquiridos ao menor custo? (Economicidade);
- ii. Os insumos adquiridos foram bem utilizados e no momento certo, sem que ocorressem desperdícios, desvios e outras práticas indevidas? (Eficiência);
- iii. As metas estabelecidas pela administração de forma facultativa ou impositiva foram alcançadas? (Eficácia)
- iv. Os impactos decorrentes das ações desenvolvidas pela administração estão corretamente avaliados? (Efetividade).

Outras dimensões de desempenho podem ser objeto de uma auditoria operacional, como a qualidade dos serviços, equidade na distribuição de bens e serviços, etc... Pollit et al. (2008) afirmam que parte da atratividade da auditoria operacional está na promessa de responder se programas ou políticas públicas efetivamente funcionam, e se estes funcionam da maneira mais eficiente possível. Neste sentido, uma auditoria operacional objetiva identificar desperdícios ou oportunidades de melhoria e, assim, contribuir para que os recursos governamentais possam ser aplicados de modo mais eficiente ou com maior retorno social.

Pesquisas realizadas em 2018 no Brasil e em vários países revelaram que as Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) raramente realizam Auditorias Operacionais com foco no princípio da efetividade (MURY, 2018, 2019). O motivo parece ser a dificuldade em mensurar o impacto gerado por um gasto público, pois para realizar auditorias que enfoquem os princípios de economia e eficiência, por exemplo, realiza-se uma avaliação de processos², enquanto que para auditar o princípio da efetividade é necessário realizar uma avaliação de impacto, que, segundo Gertler et al. (2016, p. 328), tem a seguinte definição:

“Avaliação que faz um nexo de causalidade entre um programa ou intervenção e um conjunto de resultados. Uma avaliação de impacto responde à pergunta: qual é o impacto (ou efeito causal) de um programa em um resultado de interesse?”.

1 Nota de tradução: Tradução de effectiveness. Esse termo em inglês abrange dois conceitos diferentes na língua portuguesa: eficácia (conceito relacionado ao grau de alcance das metas programadas em termos de produtos) e efetividade (conceito relacionado aos impactos).

2 Concentra-se em como um programa é implementado e opera, avaliando se ele está em conformidade com seu desenho original e documentando seu desenvolvimento e operação. Gertler et al. (2016, p. 16).



As avaliações de processo e de impacto também diferem na metodologia aplicada. Enquanto o uso de pesquisas, entrevistas, observação direta e estatística descritiva se aplicam à avaliação de processos, avaliações de impacto demandam metodologia que isole os efeitos de um determinado programa sobre a população-alvo (Gertler et al., 2016).

Na prática, a avaliação de impacto requer que a equipe de auditoria encontre um grupo de comparação (também conhecido como grupo de controle) para estimar o que acontece com indivíduos semelhantes que não participaram do programa e, em seguida, faça comparações com o grupo que participou do programa (também conhecido como grupo de tratamento). Deste modo, caso ocorra diferença nos indicadores/resultados entre os dois grupos (de tratamento e de controle) essa será atribuída ao programa em questão.

1.1 HIPÓTESE

Diante do contexto apresentado acima, este artigo pretende responder ao seguinte questionamento: **Qual o impacto nas notas da Prova Brasil devido à adoção, por um município brasileiro, de livros didáticos para as séries iniciais do ensino fundamental de escolas públicas que não os fornecidos gratuitamente pelo governo federal?**

Para examinar essa hipótese, o restante do artigo está dividido em quatro seções, além da introdução e conclusão. A seção dois inicia com uma breve apresentação da legislação que rege a Educação no Brasil, seguida de uma visão geral da rede de escolas secundárias no município avaliado. Na sequência, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é apresentado, finalizando com uma introdução ao sistema brasileiro de avaliação da educação básica. A seção três, por sua vez, discute o caso prático, dividido em metodologia aplicada, análise e medição de dados. Finalmente, a seção quatro é reservada para os achados do artigo.

2. ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO E DADOS ATUAIS DO MUNICÍPIO FOCO DA PESQUISA

De acordo com a Constituição Brasileira de 1998, o dever do Estado com a educação deve ser cumprido, garantindo a educação básica obrigatória gratuita de 4 a 17 anos, incluindo a provisão gratuita para todos aqueles que não tiveram acesso na idade correta (Art. 208). São permitidas instituições privadas, desde que algumas condições sejam atendidas, incluindo o cumprimento das normas gerais da educação nacional (Art. 209). O governo federal, os Estados, o distrito federal e os municípios organizarão colaborativamente seus sistemas educacionais. O governo central organiza o sistema educacional federal e financia as instituições públicas federais de educação, entre outras funções. Os municípios oferecem basicamente educação infantil e fundamental, enquanto os Estados e o Distrito Federal atuam principalmente no ensino fundamental e médio. Na organização dos sistemas educacionais, todos os níveis públicos definirão formas de colaboração a fim de garantir a universalização do ensino obrigatório (Art. 211). Finalmente, é importante mencionar que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos,



compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam que o município analisado neste artigo possui população de aproximadamente 280 mil habitantes, e, de acordo com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE / RS Portal de Dados Abertos (<http://dados.tce.rs.gov.br/>), contou com arrecadação de aproximadamente R\$ 800 milhões em 2019, dos quais R\$ 550 milhões provenientes de transferências estaduais e federais. No que se refere aos gastos com educação, em 2019 atingiu o montante de R\$ 200 milhões, dos quais R\$ 140 milhões para a rubrica Universalização do ensino fundamental. A Tabela 1 mostra os números da educação local.

Tabela 1 – Matrículas no município

2019	Ensino Fundamental – Anos iniciais	Ensino Fundamental - Anos finais
Rede Estadual	2.946	4.996
Rede Municipal	12.382	7.649
Total	15.328	12.645

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>

As próximas subseções apresentam o Programa Nacional do Livro Didático, bem como o sistema de avaliação oficial da educação básica brasileira - SAEB.

2.1 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD

De acordo com o portal do Ministério da Educação, o Governo Federal oferece apoio pedagógico por meio do Programa Nacional do Livro e de Material Didático, que distribui, de forma regular e gratuita, obras didáticas, pedagógicas e literárias para apoiar prática educacional em escolas públicas de redes federais, estaduais, municipais e distritais, bem como instituições comunitárias sem fins lucrativos, religiosas ou filantrópicas da primeira infância.

O PNLD é considerado o mais antigo programa de distribuição de livros didáticos para escolas públicas brasileiras. Até 1995, a distribuição de livros era limitada a alguns anos e não em base regular. Hoje atende milhões de alunos de escolas públicas, do primeiro ano do ensino fundamental ao ensino médio. A Tabela 2 apresenta os números do PNLD em 2019.



Tabela 2 – Dados do PNLD em 2019

Etapa de ensino	Escolas beneficiadas	Alunos beneficiados	Total de exemplares	Valor da aquisição
Educação infantil	74.409	5.448.222	646.795	R\$ 9.826.136,60
Anos iniciais do ensino fundamental	92.467	12.189.389	80.092.370	R\$ 615.852.107,23
Anos finais do ensino fundamental	48.529	10.578.243	24.523.891	R\$ 224.516.830,94
Ensino médio	20.229	6.962.045	20.835.977	R\$ 251.830.577,40
Total geral	147.857	35.177.899	126.099.033	R\$ 1.102.025.652,17

Fonte: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>

Além do PNLD, várias editoras disponibilizam livros didáticos para a rede privada de ensino e para escolas públicas que não desejem utilizar o material gratuito distribuído pelo governo federal. Uma das editoras fornece, desde 2014, sistema educacional aos anos iniciais da rede de ensino fundamental do município objeto deste artigo³: O sistema educacional é descrito como completo, por integrar livro didático, assessoria pedagógica, portal de aprendizagem pela internet e sistema de avaliação próprio.

Por ter o mesmo objetivo do programa nacional do livro didático, o objetivo deste trabalho é mensurar se a utilização do material didático privado impactou na avaliação das escolas públicas do município em questão.

2.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO BÁSICO - SAEB

O SAEB consiste em um conjunto de avaliações externas em larga escala desenvolvidas pelo Ministério da Educação. Os dados estão acessíveis a todos por escola, e têm por objetivo avaliar a qualidade da educação oferecida pelo sistema educacional brasileiro. Esse sistema foi instituído em 2005 e é aplicado a cada dois anos por meio de testes cognitivos e questionários para etapas específicas da educação básica. As evidências produzidas pelo SAEB permitem um amplo diagnóstico da educação básica oferecida no país, bem como a elaboração, acompanhamento e aprimoramento das políticas educacionais. Na edição de 2019, a última realizada, mais de 5,6 milhões de alunos participaram da avaliação de cerca de 72,5 mil escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Nas provas aplicadas nas quintas e nonas séries do ensino fundamental, os alunos responderam questões de língua portuguesa voltadas para a leitura e de matemática voltadas para resolução de problemas. (Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP).

3 O município, e, por conseguinte, a editora não serão divulgados, pois o tema aqui abordado faz parte de uma auditoria operacional ainda em andamento.



Tabela 3 – Dados do SAEB em 2019

SAEB 2019	Estudantes presentes	Escolas participantes	Escolas particulares*	Escolas com resultados divulgados
5º ano	2.200.934	47.487	1.061	42.157
9º ano	1.944.574	37.916	1.125	29.720
Ensino médio total	1.514.700	19.853	1.020	12.081
Total Brasil	5.660.208	72.506	2.117	62.769

Fonte: [INEP](#)

* Quantidade de escolas particulares que compõe a amostra, mas que não são avaliadas para geração do resultado individual.

3. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE EM UM CASO PRÁTICO

Esta sessão é reservada à aplicação de conceitos de auditoria operacional com foco na efetividade dos gastos públicos em um caso prático. Inicia com a apresentação de uma ferramenta de análise quantitativa de dados, seguida do roteiro de coleta e mensuração dos dados.

3.1 DIFERENÇA EM DIFERENÇAS

Uma das ferramentas mais populares para estimar o efeito de mudança decorrente de uma política pública é a chamada Diferença em diferenças (DD). Esta técnica estatística, derivada de análises de regressão múltipla, é utilizada tanto em econometria quanto em pesquisa quantitativa nas ciências sociais, sendo normalmente empregada quando há dados disponíveis em mais de um período para os dois grupos que compõe a metodologia: grupo de tratamento e grupo de controle. Segundo Meneguim, F., Freitas, I. (2013):

As características de ambos os grupos são semelhantes, mas, por estarem separados fisicamente, uns foram beneficiados pelo programa governamental e outros não. Assim, ficam evidenciados dois grupos: o de controle, cujos integrantes não receberam a política pública a ser avaliada, e o intitulado grupo de tratamento, cujos membros se beneficiaram da política.

A diferença na média dos produtos antes e após a intervenção é calculada para cada grupo: tratado e controle; finalmente, a diferença entre essas duas diferenças é o impacto estimado. A Tabela 4 apresenta a técnica de forma esquemática:



Tabela 4 – Metodologia Diferenças em diferenças

	Antes	Depois	Diferença
Controle	A	B	B-A
Tratamento	C	D	D-C
Diferença	C-A	D-B	(B-A) - (D-C)

Fonte: Fundação Itaú Social

- A-B e C-D representam a extensão em que os grupos de controle e de tratamento mudaram, respectivamente, entre o período antes e depois da intervenção;
- Como, por hipótese, o grupo de controle não foi impactado pelo projeto, então a diferença (B-A) é decorrente dos demais fatores que afetam o indicador de impacto;
- Portanto, ao subtrair B-A de D-C, espera-se que esses outros fatores se anulem e, conseqüentemente, permaneça apenas o efeito do projeto.

3.2 METODOLOGIA PARA A COLETA DE DADOS

Para a realização da análise baseada na técnica Diferenças em diferenças, as notas em Português e Matemática do SAEB para as séries iniciais foram obtidas de cada escola secundária do município alvo em períodos anteriores e posteriores à adoção do material didático por algumas escolas.

A editora iniciou o fornecimento de seu sistema de ensino a partir do ano de 2014, cujo contrato, renovado anualmente desde então, tem por objetivo a aquisição de livros didáticos integrados do sistema educacional X, o qual visa a atender aos alunos de 1ª a 5ª séries do ensino municipal e a melhorar o desempenho escolar.

De acordo com a INTOSAI, o princípio da efetividade “diz respeito ao cumprimento dos objetivos traçados e à obtenção dos resultados pretendidos” (ISSAI 300, p. 9). Com base neste conceito, foi realizada auditoria operacional para avaliar se o desempenho escolar melhorou após 6 anos de uso do material didático privado.

Para estabelecer a amostra a ser analisada, o critério foi selecionar, dentre todas as escolas que oferecem o ensino fundamental no município, somente aquelas que tivessem pelo menos 4 resultados publicados entre 7 avaliações do SAEB durante 2007 e 2019 (no total foram consideradas 58 escolas).

A partir de 2014, com o início do fornecimento do material didático privado para 38 escolas públicas municipais, estas se transformaram no chamado grupo de tratamento. Com relação ao grupo de controle, se todas as escolas secundárias do município tivessem adotado o método de



ensino privado, seria muito difícil construir um grupo de controle confiável; portanto, nenhuma avaliação de impacto poderia ter sido realizada. Em vez disso, 3 das 41 escolas primárias municipais e todas as 17 escolas secundárias administradas pelo Estado do Rio Grande do Sul, e que utilizam o material didático do PNLD, formaram o denominado grupo de controle. É importante mencionar que em ambos os grupos: tratamento e controle, as escolas variam em tamanho e em número de alunos; portanto, essas características não interferem na análise.

As Tabelas 5.1 e 5.2 apresentam parte das notas das escolas consideradas para o cálculo da diferença em diferenças, separadas entre Português e Matemática, sendo que os 4 períodos necessários para o cálculo da diferença em diferenças estão separados por cores:





	Grupo de tratamento antes
	Grupo de controle antes
	Grupo de tratamento depois
	Grupo de controle depois

Tabela 5.1 – Notas em Português por escola

Rede	SAEB						
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Municipal	185,83	181,66	188,05	188,15	200,15	206,62	202,47
Municipal	164,83	164,15	186,50	183,91	203,67		205,48
Municipal	180,83	183,70	184,92	188,52	208,94	210,34	
Municipal	170,34	179,10	183,45	188,88	193,08	188,71	
Municipal	190,96	173,97	185,43	203,96	210,54	206,82	204,84
Municipal	153,74	189,38	187,46	222,50	234,30	233,27	
Municipal	169,35	172,32	192,56	188,88	191,28	222,67	200,67
Municipal	188,48	186,91	204,89	189,53	215,53	220,41	
Municipal	165,25	171,52	190,12	182,21	208,73	224,35	228,71
Municipal		166,37	173,08	194,65	180,42	185,33	213,43

Municipal	185,54	176,22	194,68	189,96	205,35	218,86	223,87
Municipal	183,04	193,45	209,58		217,74		214,12
Municipal	186,32	185,63	182,64	192,09	206,72	207,57	
Municipal	161,12	187,57	163,56	185,45		214,59	214,16
Estadual	189,88	165,57	211,22		221,37	220,75	233,68
Estadual	182,30	193,46	189,77	194,83	207,47	238,09	217,60
Estadual	172,75	186,16	181,31	191,27	198,29	212,59	211,31
Estadual	184,22	177,45	190,42	215,84	221,29	225,01	218,31

Estadual	194,67	194,37	206,85		206,42	229,41	
Estadual	185,37	183,47	201,43	197,54	226,15	225,72	219,91

Fonte: Elaboração própria a partir das notas do SAEB

Tabela 5.2 – Notas em Matemática por escola

Rede	SAEB						
	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Municipal	200,58	194,24	201,89	209,20	211,26	212,50	213,43
Municipal	187,70	187,53	200,31	211,71	219,85		213,46
Municipal	190,22	198,22	211,75	207,17	224,61	231,36	
Municipal	186,00	201,44	199,79	207,06	209,24	194,20	

Municipal	201,42	196,93	208,39	210,81	218,10	224,81	232,61
Municipal	195,07	214,25	221,27		223,96		221,25
Municipal	190,65	194,72	194,15	205,16	211,20	216,19	
Municipal	176,17	210,63	193,72	205,37		229,60	223,31
Estadual	199,99	185,28	232,80		232,82	235,61	244,65
Estadual	193,38	207,75	207,89	224,53	222,16	246,23	235,47

Estadual	194,84	206,60	193,99	212,31	201,33	227,78	219,72
Estadual	202,44	198,32	217,63	208,73	229,02	223,27	234,71

Fonte: Elaboração própria a partir das notas do SAEB

3.3 MEDIÇÃO DE DADOS

Para medir o impacto do material didático particular nas notas de Português e Matemática, foi aplicada a técnica Diferença em diferenças com o uso do software Microsoft Excel. Para os fins deste artigo, o cálculo de DD apresentado é uma versão simplificada; a versão formal, como regressão estatística, não foi incluída. Importante mencionar que os resultados obtidos em ambas as versões são rigorosamente os mesmos.

A técnica DD inicia com o esquema apresentado na Tabela 4, que é preenchido com as médias dos dados das Tabelas 5.1 e 5.2. O resultado é apresentado nas Tabelas 6.1 e 6.2.

Tabela 6.1 – Notas médias em Português das 58 escolas pesquisadas

	Antes	Depois	Diferença
Controle	191,90	214,30	22,40
Tratamento	185,35	210,30	24,95
Diferença	-6,54	-4,00	2,54

Fonte: Elaboração própria a partir das notas do SAEB



Tabela 6.2 – Notas médias em Matemática das 58 escolas pesquisadas

	Antes	Depois	Diferença
Controle	204,86	221,05	16,20
Tratamento	202,47	219,84	17,37
Diferença	-2,39	-1,22	1,17

Fonte: Elaboração própria a partir das notas do SAEB

Os resultados das diferenças obtidas em termos absolutos são: 2,54 pontos em Português e 1,17 pontos em Matemática

4. ACHADOS

A aplicação da técnica de avaliação de impacto Diferença em diferenças revelou que, no município-alvo, as escolas que usam os métodos de ensino da editora privada tiveram, entre 2014 e 2019, crescimento médio de 2,54 pontos em Português e 1,17 pontos em Matemática acima do crescimento das notas das escolas públicas que utilizaram o material didático fornecido gratuitamente pelo Governo Federal.

A decisão de adotar materiais didáticos privados cabe ao governo municipal eleito; entretanto, este deve prestar contas à sociedade sobre suas escolhas. Nesse sentido, uma auditoria operacional com foco no princípio da efetividade auxilia a avaliar se a escolha realizada atingiu seus objetivos, uma vez que o município em questão apresenta demandas não atendidas em outras áreas da educação (vagas em creches, por exemplo).

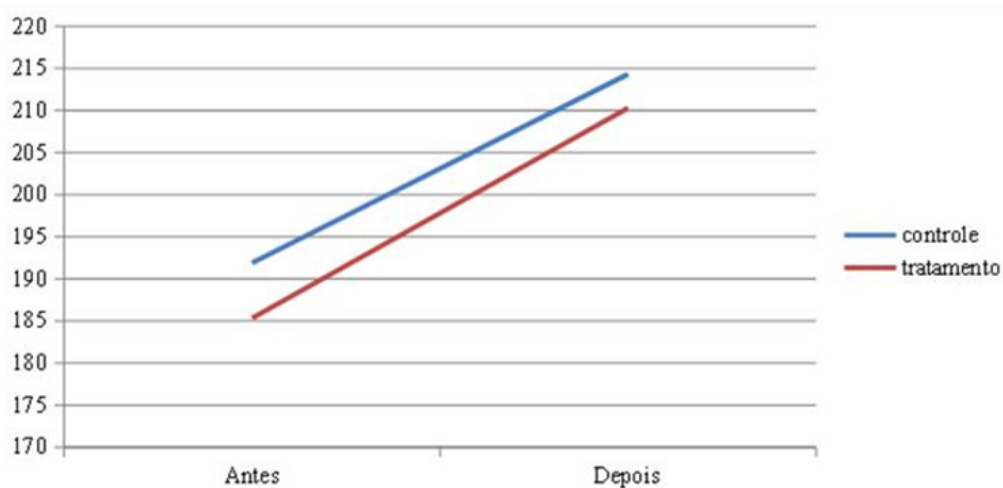
De acordo com informações públicas obtidas pelo sistema Licitacon Cidadão⁴, o custo do material privado no período analisado – de 2014 a 2019 – foi acima de R\$ 25 milhões para o município; ou seja, após este volume de recursos investidos em material didático, o impacto proporcionalmente gerado nas notas do SAEB foi de 1,33% em Português e 0,57% em Matemática.

Visualmente, os Gráficos 1 e 2 mostram que as notas médias do grupo de tratamento têm uma boa evolução ao longo dos anos tanto em Português quanto em Matemática; no entanto, o grupo de controle apresenta evolução praticamente semelhante, o que significa um baixo impacto devido à adoção do material didático fornecido pela editora privada.

4 O LicitaCon é um sistema informatizado desenvolvido pelo Tribunal de Contas do RS para controlar e monitorar as licitações e contratos administrativos assinados por todos os órgãos estaduais e municipais do estado do Rio Grande do Sul. A versão Cidadão, acessada para este artigo, está acessível em <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:1>.

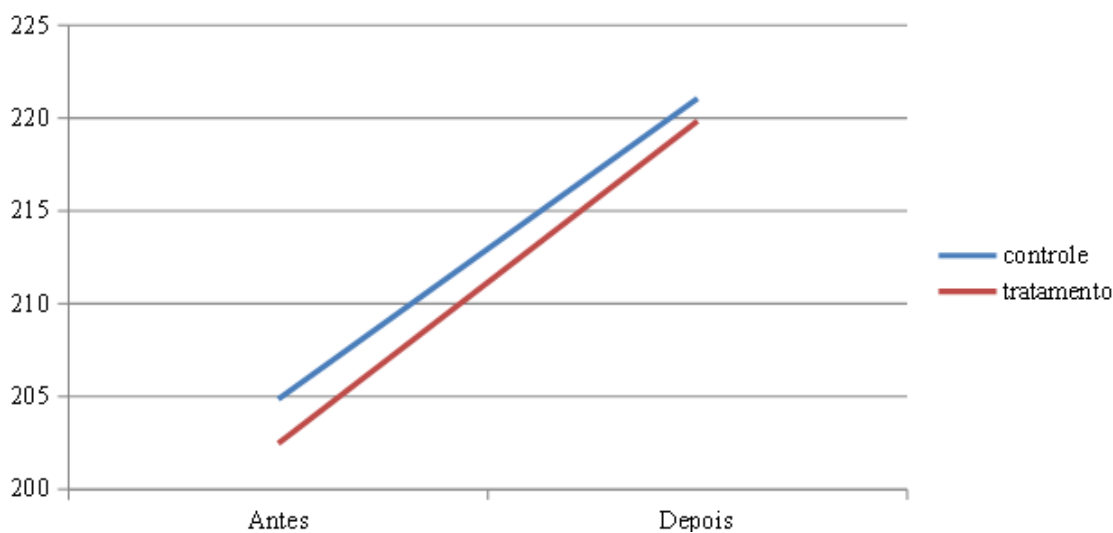


Gráfico 1 – Notas SAEB de Português das escolas



Fonte: Elaboração própria a partir das notas do SAEB

Gráfico 2 – Notas SAEB de Matemática das escolas



Fonte: Elaboração própria a partir das notas do SAEB

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou o impacto resultante da adoção de livros didáticos privados pela rede pública de ensino de um município brasileiro. Ele baseou-se em uma auditoria operacional com foco no princípio da efetividade, na qual foi aplicada, aos dados do Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação Básica, a técnica de avaliação de impacto denominada diferença em diferenças. O resultado da avaliação revelou que após 6 anos houve um impacto positivo nas notas médias do 5o ano do ensino fundamental, porém proporcionalmente irrelevante: 1,33% em Português e 0,57% em Matemática diante do custo de mais de R\$ 25 milhões para o município.



Pesquisas realizadas no Brasil e no exterior (MURY, 2018, 2019) identificaram que as Entidades Fiscalizadoras Superiores raramente realizam auditorias operacionais com foco no princípio da efetividade. Espera-se que a partir deste artigo, auditorias que avaliem o impacto do gasto público se tornem mais frequentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fundação Itaú Social (2015). Avaliação Econômica de Projetos Sociais. Curso de Gestores, São Paulo: Fundação Itaú Social.

Gertler, P. J., Martinez, S., Premand, P., Rawlings, L. B., & Vermeersch, C. M. (2016). *Impact evaluation in practice. The World Bank*.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Estimativas da População. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>, acesso em 09. Nov. 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Sistema de Avaliação do Ensino Básico. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2019/presskit/PressKit_Saeb_2019.pdf, acesso em 25. Out. 2020.

ISSAI 100 – *Fundamental Principles of Public Sector Auditing*. Disponível em: <https://www.issai.org/professional-pronouncements> . Acesso em 10. Nov. 2020

ISSAI 300 – Performance Audit Principles. Disponível em: <https://www.issai.org/professional-pronouncements> . Acesso em 02. Nov. 2020

Meneguim, F., Freitas, I. (2013). Aplicações em Avaliação de Políticas Públicas: Metodologia e Estudos de Caso. Brasília: Senado Federal, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 23p.

Ministério da Educação – Programa Nacional do Livro Didático, Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld> , Acesso em 27. Out. 2020.

Mury, L. (2018) *Performance Audits Focused on the Principle of Effectiveness: An Overview of Public Audit Agencies*. Disponível em: <https://doi.org/10.11114/afa.v4i2.3488>.

Mury, L. (2019) Auditorias Operacionais com Foco no Princípio da Efetividade: Breve Panorama nos Tribunais de Contas do Brasil. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/issue/view/87>.

Tribunal de Contas da União - TCU (2018). Manual de Auditoria Operacional. Brasília: TCU, Secretaria Geral de Controle Externo (Segecex/Semec), 97 p._____

Os conceitos e interpretações emitidos nos trabalhos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

